



Revista Brasileira de Pesquisa em
Turismo

E-ISSN: 1982-6125

edrbtur@gmail.com

Associação Nacional de Pesquisa e Pós-
Graduação em Turismo
Brasil

Nicolau Mota, Keila Cristina; dos Anjos, Francisco Antonio
Educação superior em turismo no Brasil: Análise da oferta de cursos superiores no
Nordeste brasileiro pelos institutos federais
Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo, vol. 6, núm. 1, enero-abril, 2012, pp. 48-63
Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo
São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=504152254005>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Educação superior em turismo no Brasil: Análise da oferta de cursos superiores no Nordeste brasileiro pelos institutos federais

Higher education to tourism in Brazil: Analysis of the supply of higher education in Northeastern Brazil by the federal institutes

La educación superior en turismo en Brasil: Análisis de la oferta de educación superior en el Nordeste brasileño por el instituto federal

Keila Cristina Nicolau Mota¹
Francisco Antonio dos Anjos²

Resumo: O contexto da sociedade pós-industrial é de grandes mudanças, exigindo mais qualificação e provocando o aumento da quantidade e da qualidade da oferta de cursos superiores em turismo e áreas afins no Brasil. Este artigo, decorrente de pesquisa de doutorado, teve como objetivo analisar os cursos superiores de turismo ofertados no Nordeste Brasileiro pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia do país, considerando o contexto da educação superior brasileira. Buscou também, entre outros objetivos específicos, mapear a oferta de cursos superiores na área de turismo no Brasil. A pesquisa tratou de temas relevantes nessa área, com abordagem sistêmica. Caracterizado como descritivo-explicativo do objeto, segundo seus objetivos, o trabalho envolveu pesquisas do tipo bibliográfica, documental e de campo. No campo realizou-se pesquisa com os Institutos Federais do nordeste, pesquisando e analisando aspectos do projeto pedagógico e organização curricular, objetivos do curso e perfil profissiográfico do egresso, comunicação, relacionamento e qualidade dos cursos de turismo e áreas afins por eles ofertados. Foram identificados mais de mil cursos superiores de turismo e áreas afins em oferta no Brasil, em 2010, dos quais 251 são ofertados no nordeste e apenas 13 deles são ofertados pelos IF. Os cursos elaboram seus projetos baseado nos parâmetros do MEC (92,30%), não consideram a política de qualificação do estado onde se inserem, ofertam três línguas estrangeiras e objetivam formar principalmente para o planejamento

¹ Doutora em Administração e Turismo pela Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), Mestre em Administração pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), e Graduada em Turismo pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR). Professora efetiva do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE). E-mail: motakeila@yahoo.com.br

² Pós-doutor em Geografia Urbana na Universidade Estadual Paulista (UNESP), com complementação do estágio junto a Universidade Politécnica da Catalunha (Espanha). Doutor em Engenharia da Produção (Gestão Ambiental) e Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Graduado em Geografia pela Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI). Professor e coordenador do Mestrado em Turismo e Hotelaria da Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI). Diretor científico da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Turismo (ANPTUR). E-mail: anjos@univali.br

e a elaboração de projetos, diferenciando-se dos bacharelados pelo aspecto mais prático e operacional do curso e não focando para a pesquisa. A pesquisa pretendeu ser um instrumento que promova discussão sobre o tema, podendo subsidiar estudos acadêmicos e ações práticas de gestores educacionais e políticos do Brasil, principalmente no Nordeste.

Palavras-chave: Turismo; Educação tecnológica; Cursos de turismo; Institutos federais; Nordeste brasileiro.

Abstract: *The context of post-industrial society is of great change, requiring more skills and causing an increase in quantity and quality of offering higher education courses in tourism and related areas in Brazil. This article, arising from doctoral research, aimed to analyze the higher education courses of tourism offered in Northeast Brazil by the Federal Institutes of Education, Science and Technology of the country, considering the context of Brazilian higher education. It also sought, among other specific goals, to map out the provision of higher education in tourism in Brazil. Characterized as descriptive and explanatory of the object, according to its objectives, the work involved research on the bibliographic, documental and field type. In the field, a survey was conducted with the Federal Institutes of the Northeast, researching and analyzing aspects of the education program and organizational curriculum, course objectives and professional profile of graduates, communication, relationships and quality of courses in tourism and related areas offered by them. Over a thousand higher education courses in tourism and related fields on offer in Brazil were identified in 2010, of which 251 are offered in the Northeast and only 13 of them are offered by IF. The courses prepare their projects based on the parameters of the MEC (92.30%), do not consider the qualification policy of the state where they are located, offer up three foreign languages and seek to train primarily planning and project design, differentiate itself from the bachelor's degrees in a more practical and operational focus of the course and not for research. The research intended to be a tool to promote discussion on the topic, and may subsidize academic studies and practical actions for educational administrators and policy makers in Brazil, mainly in the Northeast.*

Keywords: Tourism; Technological education; Courses of tourism; Federal institutes; Northeast Brazil.

Resumen: *El contexto de la sociedad post-industrial es de gran cambio, que requiere más habilidad y causando un aumento en la cantidad y la calidad de ofrecer cursos de educación superior en el turismo y áreas afines en Brasil. Este artículo, fruto de la investigación de doctorado, con el objetivo de analizar los cursos de educación superior de turismo que se ofrecen en el Nordeste de Brasil por el Instituto Federal de Educación, Ciencia y Tecnología del país, teniendo en cuenta el contexto de la educación superior brasileña. También busca, entre otros objetivos específicos, el mapa a cabo la prestación de la educación superior en el turismo en Brasil. Caracterizado como descriptiva y explicativa, de acuerdo con sus objetivos, el trabajo de investigación bibliográfica sobre el tipo, documental y de campo. En el estudio de campo se llevó a cabo con los Institutos Federal del Nordeste, la investigación y el análisis de los aspectos del programa de educación y el currículo del curso de organización, objetivos y perfil profesional de los graduados, la comunicación, las relaciones y la calidad de los cursos en las áreas de turismo y relacionados que ofrecen. Se identificaron más de mil cursos de educación superior en el turismo y otros campos relacionados que se ofrecen en Brasil, en 2010, de los cuales 251 se ofrecen en el Nordeste y sólo 13 de ellos son ofrecidos por Instituto Federal. Los cursos de preparación de sus proyectos en base a los parámetros del Ministerio de Educación (92,30%), no consideran que la política de calificación del estado donde se encuentra, ofrece hasta tres lenguas extranjeras y tratar de entrenar principalmente para la planificación y el diseño del proyecto, se diferencia por la búsqueda de un enfoque más práctico y operativo del curso y no para la investigación. La investigación pretende ser una herramienta para promover la discusión sobre el tema, y pueden subvencionar los estudios académicos y acciones prácticas para los administradores educativos y los responsables políticos en Brasil, principalmente en el Nordeste.*

Palabras clave: El turismo; Educación tecnológica; Cursos de turismo; Institutos federales. Nordeste de Brasil.

INTRODUÇÃO

A grande extensão territorial brasileira, os regionalismos, a diversidade socioeconômica e cultural e as divergências geoeducacionais são fatores relevantes no momento de se planejar e gerir a educação superior no Brasil. Aliado a isso, as demandas por profissionais dinâmicos capazes de satisfazer ao mercado competitivo da atualidade e ao próprio processo de rápidas e inevitáveis mudanças intrínsecas ao contexto das sociedades pós-industriais se apresentam como os principais elementos que tornam relevantes a pesquisa apresentada neste artigo. Tais cursos são coerentes com as demandas sociais, mas ainda necessitam de aprimoramento para melhor posicionamento do perfil profissional enquanto cursos superiores de tecnologia.

Este artigo tem por objetivo geral analisar os cursos superiores de turismo ofertados no Nordeste Brasileiro pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia do país, considerando o contexto da educação superior brasileira, buscando especificamente mapear a oferta de cursos superiores na área e traçar as principais características dos cursos superiores de tecnologia em turismo e áreas afins.

A presente pesquisa pode ser definida, como um estudo descritivo-explicativo que foi desenvolvida para atingir os objetivos propostos, baseando-se em fontes diretas e indiretas por meio de pesquisa bibliográfica, documental e de campo. A pesquisa bibliográfica foi realizada em livros, dissertações e teses, artigos de periódicos e anais de eventos científicos da área de turismo, administração e educação, considerando o cenário educacional e mercadológico brasileiro.

A pesquisa documental foi proveniente de fontes escritas, com abrangência de documentos oficiais públicos, pesquisas, programas e políticas de qualificação de recursos humanos federais e dos estados do Nordeste brasileiro, além de documentos sobre a educação tecnológica e arquivos das instituições de ensino, como o perfil do egresso, os objetivos e o currículo dos cursos selecionados. A coleta desses documentos foi feita por meio das publicações oficiais, correio convencional e eletrônico (*e-mail*) e internet nos respectivos *sites*. Realizou-se ordenamento cronológico do material coletado e utilizou-se de formulário, possibilitando sua descrição e análise.

Foi realizada uma pesquisa exploratória que mapeou a quantidade de cursos superiores na área de turismo no Brasil e no Nordeste, mediante consulta ao *site* oficial do Ministério da Educação (MEC/INEP) nos anos de 2009 (www.educacaosuperior.inep.gov.br) e 2010 (www.mec.e-mec.gov.br). Foram identificados os cursos de graduação – bacharelados, tecnológicos e licenciaturas e os cursos sequenciais. Foi observada a nomenclatura oficial e também aquela utilizada em suas variações pelas instituições de ensino superior (IES), conforme detalhado na seção dos resultados da pesquisa de mapeamento.

A pesquisa de campo, junto às instituições nordestinas da rede federal de ensino que ofertam cursos superiores de turismo foi realizada por meio do questionário como instrumento de pesquisa, para coletar dados institucionais e dos cursos. Foi direcionado aos coordenadores e gestores dos respectivos cursos e/ou chefes de departamento dos Institutos Federais do Nordeste

Brasileiro, enviado via correio e *e-mail*, acompanhado de carta explicativa quanto aos objetivos da pesquisa, além de ligação telefônica. O questionário continha questões abertas e fechadas, versando sobre variáveis como: objetivos do curso, perfil do egresso, projeto pedagógico, organização curricular. As questões foram elaboradas de acordo com os objetivos da pesquisa, baseadas na fundamentação teórica do tema, foram respondidas por escrito e sem a presença da pesquisadora. Antes de ser aplicado, o questionário foi pré-testado com um dos membros da população.

Segundo as informações levantadas no site do MEC/INEP em setembro de 2010, estavam sendo ofertados 251 cursos de graduação nas Instituições de ensino superior do Nordeste na área de Hospitalidade e Lazer, incluindo os bacharelados e os cursos superiores de tecnologia, o que envolve turismo, hotelaria, gastronomia, eventos e Desporto e lazer. Desses cursos, menos de 10% eram ofertados em IES públicas. A quantidade de cursos especificamente de tecnologia era de 450 no Brasil e 95 no Nordeste. Para efeito desta pesquisa, fez-se o recorte dos cursos ofertados nas instituições públicas pertencentes à rede federal de ensino tecnológico, os recém-criados Institutos Federais, antigos Centros Federais Tecnológicos (CEFETs) e anteriormente chamados de Escolas Técnicas Federais. Foram pesquisados especificamente os cursos superiores de tecnologia em Turismo e áreas afins (área de Hospitalidade e Lazer, incluindo cursos superiores de tecnologia em turismo, hotelaria, gastronomia, eventos, desporto e lazer).

O material coletado foi submetido a um tratamento descritivo-analítico em função dos objetivos da pesquisa. Os resultados foram tabulados mediante planilhas do *software* excell e criadas tabelas e gráficos ilustrativos.

CONTEXTO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

Nesta primeira década do século XXI, a educação brasileira passou por grandes mudanças que ocasionaram uma dinâmica jamais vista nos processos educacionais. Os aspectos contextuais e políticos da educação superior na contemporaneidade ressaltaram o impacto gerado nas sociedades em decorrência da chamada era da informação.

Esse contexto está configurado com transformações tecnológicas e administrativas do trabalho e das relações produtivas e sociais, visando à maximização dos recursos e maior produtividade. Impulsionadas pela globalização e elevada competitividade, o processo produtivo das sociedades pós-industriais se modificou exigindo novas formas de pensar e agir. O plano nacional da educação, aprovado em 2001 e ainda em vigor, apresentou metas quantitativas e qualitativas visando à melhoria da qualidade e aumento da quantidade de oferta do ensino nos seus diferentes níveis e a formação para o trabalho e promoção humanística, científica e tecnológica do país. Isso porque a taxa de analfabetismo no Brasil ainda é muito alta (IBGE, 2009), há insatisfação da demanda e o *déficit* da oferta educacional foi reconhecido pelo próprio governo, divulgado nos dados do censo da educação superior no Brasil (MEC, 2010a).

Impulsionadas por esse contexto as políticas educacionais do Brasil se modificaram, procurando dar condições de surgirem novas iniciativas e possibilitando a flexibilidade e diversificação de projetos educacionais nas diferentes modalidades do ensino superior, de forma a atender às demandas diversificadas e particularidades das clientelas e das diferentes regiões do país.

Nesse contexto, foi necessária a criação dos Institutos Federais ligados à rede federal de ensino para promover a rápida e necessária ampliação da oferta de educação superior, profissional e tecnológica do país. Isso ainda se torna mais veemente quando se fala da área de turismo, pois, após a criação do Ministério do Turismo em 2003, foi instituído o Plano nacional de Turismo e as políticas de qualificação profissional em turismo se intensificaram. O turismo passou a ser visto como um veículo para o desenvolvimento socioeconômico do país e sua atividade depende de pessoal qualificado para competir no mercado globalizado do mundo contemporâneo.

A proposta para a educação profissional, enquanto uma modalidade não só do ensino médio, mas também como educação continuada do trabalhador, é que se unam esforços para tentar reduzir o atraso educacional brasileiro. Pretende-se ampliar a oferta de cursos básicos, técnicos e tecnológicos junto às escolas técnicas federais, estaduais, municipais e pelos estabelecimentos do chamado Sistema S (SESI, SENAI, SENAC, SESC e outros), até aqueles ministrados por instituições empresariais, sindicais, comunitárias e filantrópicas, especialmente na rede das 152 escolas federais de nível técnico e tecnológico, que aliam a formação geral de nível médio à formação profissional. Para isso, o governo visa implantar novas diretrizes no sistema público de educação profissional, associadas à reforma do ensino médio, estruturada nos níveis básico, técnico complementar ao ensino médio, e tecnológico superior de graduação ou de pós-graduação, de modo a triplicar, a cada cinco anos, a oferta de educação profissional permanente para a população em idade produtiva e que precisa se readaptar às novas exigências e perspectivas do mercado de trabalho (PNE, 2010, p. 57).

A educação e formação de recursos humanos em turismo são consideradas um fator chave em um mundo onde a informação, a criatividade e o *know-how* se configuram como a mais importante fonte de criação de valor. Entretanto, essa qualificação submete-se à elevada competitividade, pois precisa se desenvolver de acordo com as necessidades e expectativas dos usuários, otimizando seus recursos. Assim, é preciso dispor de uma educação turística com qualidade e eficiência para a qualidade e eficiência do próprio setor de turismo (OMT, 1997).

Dessa forma, a formação do profissional em turismo precisa estar adequada aos regionalismos existentes, para que a eles seja atribuído seu real valor e possam perdurar no decorrer do tempo e das interações entre sujeito e objeto provocadas pela própria atividade do turismo nos núcleos receptores, especialmente em um país vasto e complexo como o Brasil. Desse modo, esses profissionais poderão promover um desenvolvimento sustentável do turismo em suas comunidades, competindo à altura dos níveis de qualidade exigidos na sociedade em que se vive.

Os aspectos mercadológicos são fundamentais para o direcionamento da oferta de cursos. Desde o final do século XX, o rápido desenvolvimento e acesso a novas tecnologias modificaram as

demandas do mercado de trabalho para um patamar muito mais competitivo e em escala global. Novos paradigmas exigiram um perfil profissional com maior capacidade técnica e gerencial, capaz de dominar tecnologias e softwares da nova sociedade informacional, que baseia sua economia na área de serviços. O mercado em turismo continua crescente e próximo a um bilhão de desembarques internacionais no mundo, demandando, cada vez mais, os profissionais da área e com maior nível educacional. A empregabilidade torna-se uma preocupação do turismólogo nesse novo contexto socioeconômico, exigindo qualificação, experiência e competência dos profissionais que agora sejam flexíveis, dinâmicos e capazes de integrar equipes multidisciplinares para compor o capital intelectual, cultural e social das organizações da sociedade pós-industrial.

Quanto ao aspecto legal, a área da educação em turismo no Brasil tem se submetido a políticas normativas, norteadoras e regulatórias ditadas por vários organismos oficiais, envolvidos com diferentes níveis de responsabilidade, agindo direta e indiretamente na questão do ensino, tais como a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), o Ministério da Educação (MEC), o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP); o Conselho Nacional de Educação (CNE), a Câmara de Educação Superior (CES), o Ministério do Turismo (Mtur), o Conselho Nacional de Turismo (CNT), a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Turismo (ANPTUR) e outras comissões de especialistas, fóruns, conselhos, associações de classe.

Todos esses organismos oficiais envolvidos e seus respectivos instrumentos são os responsáveis pela criação, condução, avaliação e reconhecimento das instituições de ensino e seus cursos ofertados no mercado nacional. São essas políticas públicas por eles traçadas que dão o direcionamento para o andamento dos cursos de turismo e áreas afins e da quantidade e qualidade da oferta que hoje se apresenta. Integram esses aspectos legais que são necessários, importantes e direcionam a construção dos projetos de cursos e sua oferta, mas precisam ser um instrumento a mais, e não o único, no momento do planejamento educacional e acompanhamento da quantidade e qualidade dos cursos oferecidos no Brasil.

Dessa forma, o sistema educacional precisa funcionar bem para trazer os benefícios esperados a todos os atores desse processo. Isso porque uma sociedade equilibrada depende do perfeito funcionamento do seu sistema educacional ao longo do tempo. A sustentabilidade do sistema educacional precisa ser considerada, pois se faz necessária para manter uma sociedade virtuosa, capaz de crescer e competir em patamares cada vez mais elevados neste contexto das sociedades pós-industriais.

As pesquisas e publicações que tratam do tema da educação superior no Brasil estão numa fase inicial de reflexões sobre a área. Destacam-se alguns autores como Trigo (1998), Ansarah (2002), Rejowski (2002), Ruschmann (2002), Dencker (1998, 2000, 2002), Matias (2002), Panosso Netto (2003), Leal (2011) e Mota (2005a), mas muito ainda precisa ser feito até que se atinja a fase da maturidade do ensino superior de turismo num país tão vasto, cheio de riquezas naturais e culturais, com diversidades inerentes a sua estrutura socioeconômica e geopolítica.

A abordagem do tema, que começou a aparecer nas teses de doutorado e suas publicações a partir do ano 2000 - por exemplo: Mota (2005); Dencker (2000); Rebelo (1998); Trigo (1998) e dissertações de mestrado - como Burato (2000); Binatti (2001); Gaeta (2001); Krause (2001); Shilindwein (2001); Carlos (2002); Tomasulo (2002); Nascimento (2002), provenientes, em sua maioria, dos cursos de pós-graduação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP), Universidade do Vale do Italaí (UNIVALI), Universidade de Caxias do Sul (UCS) e Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), confirmam essa afirmação.

Outros estudos foram surgindo depois disso e num deles foi observado como conclusão a comprovação da “necessidade de análise da formação e definição de um projeto pedagógico para o turismo que leve em conta as características geoeconômicas e socioculturais das regiões em que se situam as escolas” (Nascimento, 2002, p. 100).

Além disso, o contexto mundial vem exigindo novos estudos e adaptações das políticas vigentes de modo que se possa caminhar na mesma direção dos novos paradigmas. A nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (MEC, 2000) veio ao encontro desse novo contexto, abrindo espaço para uma concepção mais ampla e ao mesmo tempo mais coerente com as diversidades sociais e culturais brasileiras.

Observa-se que o pluralismo de ideias e de concepções dos cursos de turismo e áreas afins são, notadamente, bem-vindos diante das particularidades de cada região do Brasil. Ressalta-se ainda que é a diversidade que faz com que o turismo seja tão intrigante e impulse mais de 900 milhões de pessoas a se movimentarem anualmente ao redor do mundo (EMBRATUR, 2008).

Dessa forma, a perspectiva mercadológica aliada à possibilidade legal de criação de novos cursos, fez com que o número de cursos ofertados no Brasil crescesse de forma muito rápida, configurando um novo cenário educacional do país.

OFERTA DOS CURSOS DE TURISMO NO BRASIL

Desde a criação do primeiro curso superior em turismo no Brasil, em 1971 em São Paulo, o processo de expansão da oferta de cursos vem se intensificando, pois no Brasil existiam apenas 33 cursos em 1994 e, após a modificação na legislação, em 1998, esse número passou a 284 cursos em 2000 e a mais de mil cursos em 2010.

Mapeamento de cursos no Brasil

Apresenta-se aqui o resultado do levantamento feito em 2010 sobre o mapeamento da oferta de cursos superiores na área de turismo no Brasil, baseado no cadastro oficial do site do Ministério da Educação.

O processo extremamente dinâmico de abertura e fechamento de cursos provocou que a forma de se gerenciar institucionalmente o ensino no Brasil se modificasse e novos sistemas foram

criados. O Sistema informatizado e-MEC foi criado pelo MEC desde 2007 para atualizar e facilitar o cadastro e consulta dos processos de regulamentação através de ambiente eletrônico. Pela internet, as instituições de educação superior fazem o credenciamento e o recredenciamento, buscam autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos (MEC, 2010b).

O universo de cursos tornou-se diversificado e segmentado dentro da própria área do turismo e, por isso, procedeu-se esta pesquisa, através do sistema e-MEC, detalhando-se a tipologia de cursos de graduação, como prevê a legislação, em Bacharelado, Licenciatura e Tecnológico, além dos sequenciais já existentes. A migração dentro do próprio MEC para o sistema e-MEC no gerenciamento desses cursos permitiu ao público um acesso mais detalhado de informações dos cursos a partir do ano de 2010.

Esse levantamento procurou quantificar os cursos superiores da área de turismo oferecidos no Brasil. Ao se tratar os cursos genericamente como Turismo e áreas afins, leiam-se as seguintes tipologias: licenciaturas; bacharelados – em Turismo, Hotelaria, Turismo e Hotelaria e outros; tecnológicos – Gestão de Turismo, Hotelaria, Gestão Desportiva e de Lazer, Gastronomia, Eventos, Turismo e outros; sequenciais; outros - cursos que tratam de nomenclaturas não previstas nas diretrizes curriculares para cursos de Bacharelado e no Catálogo Nacional de Cursos de Tecnologia de 2010, tais como: Administração em Turismo, Agenciamento de Viagens e Turismo, Agente de Operações Turística, Gestão de Empreendimentos Turísticos etc. (e-MEC, *online*).

O mapeamento da oferta apontou que se passou de 637 cursos de graduação em turismo e/ou hotelaria no Brasil, em 2003 (Mota, 2005), para 1.084 cursos de turismo e áreas afins em 2010, dos quais 595 são bacharelados e 450 são tecnológicos, 1 de licenciatura (no Rio de Janeiro), sendo que cerca de 25% deles estão sendo ofertados no Nordeste. Utilizou-se de pesquisa documental junto ao site do MEC, nos arquivos publicados em setembro de 2010 e apresentaram-se os resultados detalhados na tabela 1.

Observou-se que as tipologias foram se diversificando, as modalidades de curso também, possibilitando a oferta de cursos superiores do tipo sequenciais, tecnológicos, bacharelados e licenciaturas, além das pós-graduações. Esses cursos se concentram nas IES privadas (92%), sendo em sua maioria bacharelados (56%), seguidos pelos tecnológicos (42%), concentrados na região Sudeste do país (38,75%).

As quantidades de cursos impressionam, no entanto salienta-se que esses números mostram os cursos que se encontravam oficialmente abertos e não necessariamente em pleno funcionamento, na época da pesquisa.

Importante ressaltar que somente cerca de 8% do total de cursos é oferecido em IES pública no país, o que poderá vir a ser modificado nos próximos anos em decorrência da criação e interiorização de mais *campi* dos Institutos Federais e das universidades federais. Esse resultado só vem confirmar um quadro ainda dramático de distorções quantitativas de oferta entre o ensino público e privado, uma vez que a grande parcela da população brasileira não dispõe de recursos próprios para investir em educação.

Oferta de cursos no Nordeste pela rede federal de ensino

Ressaltando as diversidades regionais, o Nordeste Brasileiro apesar de ser a segunda região mais populosa do país, apresentava, em 2009, a maior população analfabeta do Brasil, com 7,61 milhões de pessoas, e uma taxa de IDH de 0,749, a mais baixa do país.

A criação da rede federal de ensino em 1909, então com 19 escolas de aprendizes e artífices, se modificou ao longo do tempo passando a Liceus em 1937, a escolas industriais e técnicas em 1942, a escolas técnicas em 1959, a centros federais de educação tecnológica em 1978 até serem novamente modificadas pela Lei 11.892 que instituiu a rede federal de educação profissional, científica e tecnológica e criou os Institutos federais em todo o país.

Essa alteração expandiu a rede a patamares jamais vistos e, em 2010, já contava com 354 escolas e cerca de 500 mil vagas no Brasil (Tabela 1). Tal criação segue a tendência da expansão educacional e viabilizou a autonomia e a flexibilidade necessárias no setor público, que agora terá ainda mais força de se expandir e tentar minimizar os *déficits* educacionais do país, ainda mais agravados com a configuração contextual que se apresenta.

Destaque-se que, dos cursos de turismo do Nordeste, seis deles se destacaram no ENADE de 2009 (*Ranking* do IG, 2011), todos de IES públicas, os das Universidades Federais da Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte e dois Institutos Federais, o de Pernambuco e o do Ceará, estes com nota máxima. Tais fatores motivaram o recorte da pesquisa para os cursos tecnológicos dos institutos federais do Nordeste brasileiro, pois se posicionam como exemplos emblemáticos da política educacional brasileira dos últimos dez anos.

Dessa forma, realizou-se a pesquisa sobre a oferta de cursos superiores de tecnologia em turismo nos Institutos Federais do Nordeste brasileiro, analisando a sua concepção. A pesquisa apontou que essa região contava, em janeiro de 2011, com a oferta total de 13 cursos superiores em turismo e áreas afins, o que inclui hotelaria, eventos, desporto e lazer, e gastronomia, segundo a área de hospitalidade e lazer definida no catálogo nacional de cursos superiores de tecnologia do MEC. Apenas 1 deles era ofertado na modalidade à distância e a maioria estava sendo ofertada no estado do Ceará.

Os Institutos Federais dos nove estados do Nordeste Brasileiro foram pesquisados de agosto de 2010 a janeiro de 2011 e foi obtido resposta de todos os pesquisados. Entretanto, durante a pesquisa de campo, após ligações realizadas para verificar a existência da oferta dos cursos listados na tabela do *site* do MEC, verificou-se que os estados do Maranhão, da Paraíba e do Piauí não possuíam oferta de cursos de nível superior até a data da pesquisa. Alguns se encontravam em implantação, outros foram fechados e outros são cursos técnicos e não tecnológicos. No total foi verificado, na prática, que se ofertam regularmente 13 cursos superiores nos IFs do Nordeste, conforme mostrado na Tabela 2.

Tabela 1. Distribuição da oferta de cursos superiores em turismo e áreas afins no Brasil em 2010

ESTADOS	LICENCIA- TURA	BACHARELADO			TECNOLÓGICO					SEQUENCIAL			Total
	T	T	H	T e H	GT	H	GL	G	E	H	G	E	
Bahia	0	41	7	3	9	4	1	8	4	0	0	1	78
Sergipe	0	7	0	0	4	0	0	3	1	0	0	0	15
Maranhão	0	12	1	0	4	0	0	1	0	0	0	0	18
Piauí	0	7	0	0	3	0	0	1	0	0	0	0	11
Ceará	0	14	1	1	8	1	1	3	1	1	0	0	31
Rio Grande do Norte	0	13	2	0	4	2	1	1	0	0	0	0	23
Paraíba	0	7	1	0	5	1	0	0	0	0	0	0	14
Pernambuco	0	22	4	1	8	2	1	4	3	0	0	0	45
Alagoas	0	10	2	0	6	2	0	0	3	0	0	1	24
Total Nordeste	0	133	18	5	51	12	4	21	12	1	0	2	259
Amazonas	0	6	2	0	3	2	0	2	0	0	1	0	16
Pará	0	11	0	0	6	1	0	0	1	0	0	0	19
Roraima	0	3	0	0	3	0	0	0	1	0	0	0	7
Acre	0	2	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	4
Rondônia	0	6	2	0	5	2	0	1	0	1	0	0	17
Amapá	0	3	0	0	4	0	0	0	0	0	0	0	7
Tocantins	0	6	0	0	5	0	0	0	0	0	0	0	11
Total Norte	0	37	4	0	28	5	0	3	2	1	1	0	81
Mato Grosso	0	16	2	0	4	1	0	1	2	1	0	0	27
Mato Grosso do Sul	0	17	1	0	4	1	0	1	2	0	0	0	26
Goiás	0	15	4	1	7	3	0	5	3	0	0	2	40
Distrito Federal	0	14	1	0	7	1	0	3	4	0	0	0	30
Total Centro-Oeste	0	62	8	1	22	6	0	10	11	1	0	2	123
Rio de Janeiro	1	24	4	1	12	3	3	3	1	0	0	0	52
São Paulo	0	105	31	2	28	30	8	31	19	2	5	3	264
Minas Gerais	0	42	3	4	12	3	1	5	5	0	0	0	75
Espírito Santo	0	14	1	0	6	1	0	2	1	0	1	1	27
Total Sudeste	1	185	39	7	58	37	12	41	26	2	6	4	418
Paraná	0	38	3	3	5	2	1	8	4	0	1	1	66
Santa Catarina	0	15	2	1	4	2	1	8	4	0	1	2	40
Rio Grande do Sul	0	22	5	0	12	5	1	4	2	0	1	1	53
Total Sul	0	75	10	4	21	9	3	20	10	0	3	4	159
Total Brasil	1	492	79	17	180	69	19	95	61	5	10	12	1040
Total Brasil agrupado	1	588			424					27			1040
Outros Cursos	0	7			26					11			44
Total Brasil	1	595			450					38			1084
% Brasil	0,09%	54,89%			41,52%					3,50%			100%

Fonte: Pesquisa no site do e-MEC (*online*). Nota: T – Turismo; H – Hotelaria; GT – Gestão de Turismo; GL – Gestão do Lazer; G – Gastronomia; E – Eventos.

Tabela 2. Cursos de graduação em Turismo e áreas afins ofertados nos Institutos Federais do Nordeste Brasileiro, segundo os gestores de cursos, em 2011

IF/ESTADOS	CURSOS SUPERIORES DE TECNOLOGIA						
	Gestão de Turismo	Hotelaria	Gestão Desporto e de Lazer	Gastronomia	Eventos	Outros	Total
Alagoas	1	1	0	0	0	0	2
Bahia	0	0	0	0	0	0	0
Ceará	2	3	2	1	0	0	8
Maranhão	0	0	0	0	0	0	0
Paraíba	0	0	0	0	0	0	0
Pernambuco	1	0	0	0	0	0	1
Piauí	0	0	0	0	0	0	0
Rio Grande do Norte	0	0	1	0	0	0	1
Sergipe	1	0	0	0	0	0	1
Total	5	4	3	1	0	0	13

Fonte: Pesquisa direta junto aos gestores dos cursos, 2011.

Os resultados apontaram como características básicas dos cursos que segundo a periodicidade todos são semestrais; segundo o grau, todos tecnológicos; quanto à modalidade, a maioria é presencial e somente um curso é à distância, o de Hotelaria do IFCE no Ceará; quanto à organização acadêmica e categoria verificou-se que todos são Institutos Federais conforme a nova designação, pertencentes à rede pública de ensino federal do Brasil. Dos 13 cursos da Tabela 2, 12 são presenciais e 1 à distância, que é o curso de Hotelaria no Ceará, ofertado em 7 polos: Aracati, São Gonçalo, Barbalha, Quixeramobim, Caucaia FECET, Caucaia Jurema e Limoeiro do Norte.

No que se refere à existência de um projeto pedagógico, verificou-se que todos os cursos afirmaram possuir um, embora provenientes de origens diferentes. A forma das IES conceberem seus projetos pedagógicos variou, mas a maioria (84,61%) foi constituída pelos colegiados ou grupo de professores da instituição, baseada nos parâmetros do MEC (92,30%) e no conhecimento teórico prévio (76,92%).

Os objetivos e o perfil profissional dos cursos participantes da pesquisa foram elaborados com base em vários aspectos, houve mais de uma resposta por IES, destacando-se os parâmetros do MEC (92,30%), o conhecimento teórico prévio (ambos com 76,92%), os modelos de outra IES (46,15%) e outros aspectos (15,38), ou ainda a experiência profissional acumulada dos proponentes ou as demandas locais. Nenhum entrevistado apontou que se baseou em pesquisas específicas.

A política de qualificação de recursos humanos no estado onde o curso é ofertado não foi considerada em nenhum curso pesquisado, pois a maioria não conhece esta política e os que conhecem não a consideram.

No que se refere a áreas de concentração do curso, a pesquisa apontou que 15,38% dos entrevistados afirmaram ter uma área de concentração e 84,61% não possuem concentração ou ênfase no curso. As áreas de concentração ou ênfases apontadas foram: administração, ecoturismo, planejamento e gestão do turismo.

Quanto à identificação das áreas para estágios, foi apontado que os estágios são ofertados em várias áreas, destacando-se agenciamento, hotelaria e alimentos e bebidas; outros foram citados como órgão público, consultoria, locadoras de automóveis, patrimônio, eventos, transporte e marketing.

Quanto aos laboratórios instalados nos cursos de turismo e hotelaria, a pesquisa apontou que os mais utilizados nos cursos são informática (100%), agência modelo (23,07%), brinquedoteca (30,76%), eventos e gastronomia (ambos com 23,07%), e recepção/hospedagem (23,07%).

No que se refere aos idiomas ensinados nos cursos pesquisados observou-se o idioma Inglês é ensinado em 100% dos cursos e o espanhol em 91,66% dos cursos, simultaneamente ao inglês em 91,66% dos casos. O idioma francês é ensinado em 75% dos cursos, sendo simultaneamente ao espanhol e ao inglês em 66,67% dos cursos.

Quanto ao ensino de informática oferecido no curso, a pesquisa apontou que 60% abordam processadores de texto, o mesmo percentual para *softwares* de estatísticas e gerenciais, 80% para o uso da internet, 40% ensina o uso de gráficos e bases de dados, e 20% para folha de cálculo e outros aspectos.

Após observados os objetivos gerais e específicos dos cursos pesquisados, apresentam-se a seguir os pontos com maior recorrência, tornando-se comuns respectivamente em:

- primeiro lugar: o planejamento e a elaboração de projetos, seguido da gestão;
- segundo lugar: o empreendedorismo; e a competência profissional visando a operacionalização;
- terceiro lugar: o desenvolvimento responsável, sustentável e preservação; o desenvolvimento socioeconômico; a promoção de vendas e marketing; a habilidade de monitorar e guiar grupos.

Percebeu-se que esses cursos, de modalidade tecnológica, estão privilegiando o planejamento, a elaboração de projetos e a gestão, antes mesmo do empreendedorismo; e a competência profissional visando à operacionalização. Nenhum curso tem por objetivo aspectos relativo à pesquisa, priorizando, como já foi citado, o planejamento e a gestão. O Catálogo Nacional de Cursos prevê que os cursos superiores de tecnologia deste eixo tecnológico possam abranger os processos tecnológicos de planejamento, organização, operação e avaliação de

produtos e serviços inerentes à hospitalidade e ao lazer. Dessa forma, verificou-se que os cursos pesquisados estão em consonância com o que prevê as diretrizes desta área.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os organismos oficiais e seus respectivos instrumentos, que hoje norteiam o processo da educação em turismo e hotelaria no país, são os responsáveis diretos e até indiretos pela criação, condução, avaliação e reconhecimento das instituições de ensino e seus cursos ofertados no mercado nacional. Na verdade, são as políticas públicas por eles traçadas através dos seus instrumentos norteadores e regulatórios, que dão o direcionamento maior ao andamento dos cursos de turismo e áreas afins e da quantidade e qualidade da oferta que hoje se apresenta.

Destaque-se que as políticas norteadoras da educação em turismo e áreas afins têm um papel fundamental no equilíbrio do sistema social e na própria sustentabilidade do setor turístico. Para que o Brasil possa competir no mercado internacional, com um produto turístico de qualidade, é preciso uma clara política destinada aos recursos naturais, aos histórico-culturais, aos recursos humanos e à qualificação de pessoas, o que envolve diretamente a educação.

A gestão da educação superior em turismo e áreas afins no Brasil vem sendo conduzida de forma desarticulada, embora considerando os padrões mínimos de qualidade estabelecidos pelo MEC/INEP, que nem sempre são atingidos a contento. A grande demanda do mercado por cursos dessa natureza e alterações na LDB provocaram a abertura desenfreada de cursos de turismo, principalmente em universidades particulares e instituições isoladas em quantidade e qualidade jamais imaginadas, fazendo a educação virar “um bom negócio” no Brasil. A oferta de ensino público no Brasil é crescente, apesar de ainda estar muito aquém de suas demandas, considerando o total da população, o contexto socioeconômico contemporâneo e o total da oferta de cursos de turismo.

O cenário dos cursos de Turismo é de grandes mudanças no âmbito político e educacional exigindo quebra de paradigmas, adaptação e reestruturação da oferta educacional e tecnológica no país, principalmente nos institutos federais, após as mudanças na legislação ocorridas a partir de 2008, mudando sua configuração. A oferta de cursos é crescente no Brasil e principalmente de cursos tecnológicos nos IF do Nordeste. A educação superior e tecnológica em turismo ofertada no Nordeste brasileiro, no âmbito federal, considera a legislação e principalmente as exigências da sociedade pós-industrial para cumprir seu papel social e educacional na região onde está inserida. Está em patamares jamais vistos anteriormente e difíceis de serem imaginados há poucas décadas atrás.

Os cursos são coerentes com as demandas sociais, mas ainda carecem de aprimoramento para melhor posicionamento do perfil profissional enquanto cursos superiores de tecnologia, pois se acredita que ainda não está claro o perfil profissiográfico do tecnólogo em turismo e sua diferença com o bacharel em turismo, para todos os atores que interagem com a educação, principalmente o mercado de trabalho e sociedade. Ambos são muito semelhantes embora o

tecnólogo seja formado mais para as áreas operacionais e o bacharel para o planejamento e pesquisa na área.

Dessa forma, a educação em turismo no Brasil se depara com vários desafios a serem alcançados, que poderiam se transformar em metas, a começar pelo dimensionamento da quantidade de pessoal qualificado requerida pelo mercado a curto e médio prazos para que, a partir daí, se possam oferecer cursos de qualidade e profissionais adequados ao mercado de trabalho e à sociedade onde estão inseridos. A elaboração periódica de um mapeamento espacial da oferta de cursos, considerando a quantidade de população e PIB de cada localidade e o volume do fluxo turístico por ela recebido, seria um instrumento capaz de apontar as possíveis discrepâncias da oferta fornecendo subsídios para uma adequada distribuição espacial de cursos no Brasil, por nível de formação.

A exigência dos padrões mínimos de qualidade precisa respeitar sempre a vocação turística da região onde o curso é ofertado, sem limitar a criatividade das propostas de ensino nem o aprofundamento nos regionalismos socioculturais e potencial natural da região. É importante que se possa manter a flexibilidade nos currículos e programas de disciplinas para o ensino do turismo, considerando que esta é uma área recente e está em constantes transformações.

Os muitos desafios a serem alcançados pela educação superior em turismo e áreas afins no país, observando principalmente a qualidade e consequentemente a sustentabilidade do setor de turismo ao longo do tempo, poderiam considerar como ponto de partida a revisão, estabelecimento, divulgação e aplicação de uma sólida política de gestão de pessoas para o turismo no Brasil, numa gestão integrada entre poder público, privado e comunidade, avançando nos procedimentos políticos, institucionais e normativos, considerando um planejamento estratégico para o setor, face aos contextos e paradigmas que se configuram e se modificam rapidamente.

No mercado da educação em turismo e áreas afins no Brasil não se tem um diagnóstico claro e divulgado da situação atual (onde se está), e nem de tendências e perspectivas futuras (para onde se está indo), ou, melhor ainda, para onde ou até onde seria desejável se caminhar. Dimensionar os empreendimentos turísticos por segmento e sua capacidade de absorção de mão-de-obra nos diferentes níveis, identificar áreas prioritárias de maior necessidade e interesse, quantificar e qualificar as instituições de ensino de forma sistemática seriam ações coerentes que poderiam ser profundamente estudadas e claramente explicitadas para que se possa obter êxito na educação com qualidade e formação das pessoas em turismo no Brasil.

Nesse momento, faz-se necessário ter uma visão holística, que supere as necessidades isoladas das partes que compõem o complexo sistema educacional e possa ser capaz de enxergar o todo no seu sentido mais amplo. Essa noção estabelece *inputs* e *outputs* de um processo que se divide em etapas e podem ser gerenciadas enquanto partes, sem, entretanto, serem isoladas de seu contexto maior. É um exercício de abstração necessário para que o gerenciamento da área possa ser viável e, principalmente, trazer resultados efetivos na prática dos cursos de Turismo e áreas afins ofertados no Brasil.

REFERÊNCIAS

- Ansarah, M. (2002). *Formação e capacitação do profissional em Turismo e Hotelaria*. São Paulo: Aleph.
- Binatti, M. de L. V. (2001). *Qualificação dos recursos humanos para o turismo Rural: um instrumento para o desenvolvimento sustentável na serra catarinense*. Qualificação para Dissertação de mestrado, Universidade do Vale do Itajaí, Balneário Camboriú, SC, Brasil.
- Burato, M. (2000). *Centro de excelência em estudo do turismo: Tramas da história da criação do Centro de Educação Superior II*. Dissertação de mestrado, Universidade do Vale do Itajaí. Balneário Camboriú, SC, Brasil.
- Carlos, D. O. (2002). *Diagnóstico da qualificação dos recursos humanos nas empresas hoteleiras de Curitiba*. Dissertação de mestrado, Universidade do Vale do Itajaí. Balneário Camboriú, SC, Brasil.
- Dencker, A. de F. M. (1998). *Métodos e Técnicas de Pesquisa em Turismo*. São Paulo: Futura.
- _____. (2000). *A pesquisa e a Interdisciplinaridade no Ensino Superior: uma experiência no curso de turismo*. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.
- _____. (2002). *Pesquisa e interdisciplinaridade no ensino superior: uma experiência no curso de turismo*. São Paulo: Aleph.
- EMBRATUR. (2008). Anuário estatístico EMBRATUR. Vol. 35. Brasília, Ministério do Turismo.
- e-MEC. [online]. Recuperado em 31 maio, 2010, de www.emec.mec.gov.br.
- Gaeta, M. C. D. (2001). *Diagnóstico da atuação docente dos professores universitários em Turismo e Hotelaria: Uma perspectiva de otimização*. Dissertação de mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, SP, Brasil.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2009). *Pesquisa nacional por amostra de domicílios (PNAD)*, Rio de Janeiro: IBGE.
- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará. (2010). Recuperado em 14 agosto, 2010, de <http://www.cefetce.br/instituicao/sobre-nos.html#>.
- IFCE. (2011). *Plano de desenvolvimento Institucional do IFCE 2009 – 2013*. Fortaleza: IFCE. Recuperado em 10 março, 2011, de www.ifce.edu.br.
- Leal, S. R. (2011). Pesquisa em Turismo no Brasil: uma Revolução Silenciosa? *Revista Turismo & Sociedade*, 4(1), 144-147. Recuperado em 9 maio, 2011, de <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/turismo/article/viewFile/21387/14104>.
- Krause, R. W. (2001). *Educação superior em gastronomia no Brasil: da universidade ao projeto pedagógico do curso da UNIVALI*. Dissertação de mestrado, Universidade do Vale do Itajaí, Balneário Camboriú, SC, Brasil.
- Matias, M. (2002). *Turismo: formação e profissionalização*. São Paulo: Manole.
- Ministério da Educação (MEC). (2000). *Diretrizes e bases da educação nacional. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*. Recuperado em 25 novembro, 2010, de www.mec.gov.br/home/legislacao/default.shtm.
- _____. (2010a). *Censo da educação superior*. Recuperado em 28 agosto, 2010, de <http://www.inep.gov.br/superior/censosuperior/default.asp>.
- _____. Portal do e-MEC. (2010b). Recuperado em 31 maio, 2010, de www.emec.mec.gov.br.

- Mota, K. C. N. (2011). *Educação Superior em Turismo no Brasil: Análise dos cursos no contexto contemporâneo e a oferta tecnológica nos Institutos Federais no Nordeste*. Tese de doutorado, Universidade do Vale do Itajaí, Balneário Camboriú, SC, Brasil.
- _____. (2005). *Qualidade da Educação Superior em Turismo e Hotelaria: análise dos cursos de graduação reconhecidos no Nordeste Brasileiro*. Tese de doutorado, Universidade do Vale do Itajaí, Balneário Camboriú, SC, Brasil.
- _____. (2005a). Qualidade na concepção do projeto dos cursos superiores em turismo e Hotelaria no Brasil (pp. 149-179). In Trigo, L. G. G. (Ed.). *Análises Regionais e Globais do Turismo Brasileiro*. São Paulo: Nascimento, R. C. do. (2002). *Visão estrutural da evolução dos cursos superiores de turismo: a realidade atual*. Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.
- Organização Mundial do Turismo. (1997). *Introducción a Tedqual: uma metodologia para la calidad en educación y formación turísticas*. Madrid: OMT.
- Panosso Netto, A. *O problema epistemológico no turismo: uma discussão teórica* in Trigo, L. G. e Panosso Netto, A. Reflexões sobre um novo turismo: política, ciência e sociedade. São Paulo: Aleph, 2003. (Série Turismo), p.57-86.
- PNE. (2010). *Plano Nacional da Educação*. Recuperado em 23 agosto, 2010, de <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/pne.pdf>.
- Ranking do IG. Consulte o ranking dos cursos superiores em 2009. Recuperado em 1 fevereiro, 2011, de <http://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/consulte+o+ranking+dos+cursos+superiores+em+2009/n1237951822149.html>.
- Rebelo, S. M. (1998). *Plano municipal de educação turística (PMET): um modelo para os municípios brasileiros de potencial turístico*. Extracto de la Tesis Doctoral, Universidad Pontificia de Salamanca. Salamanca: KADMUS.
- Rejowski, M. (2002). *Turismo e pesquisa científica: pensamento internacional x situação brasileira*. (6ª ed.). (Coleção Turismo) Campinas: Papirus.
- Ruschmann, D. V de M. (2002). *Turismo no Brasil: Análise e Tendências*. São Paulo: Manole.
- Shilindwein, C. M. (2001). *O projeto pedagógico no ensino superior em turismo*. Qualificação para Dissertação de mestrado, Universidade do Vale do Itajaí, Balneário Camboriú, SC, Brasil.
- Tomasulo, S. B. (2002). *Plano de desenvolvimento turístico municipal: uma proposta interdisciplinar?* Dissertação de mestrado, Universidade do Vale do Itajaí, Balneário Camboriú, SC, Brasil.
- Trigo, L. G. G. (1998). *A Sociedade Pós-industrial e o Profissional em Turismo*. Campinas: Papirus.

Artigo recebido em: 14/03/2012.
Artigo aprovado em: 21/04/2012.